

# URBANIZAÇÃO, NEOLIBERALISMO E DIGITALIZAÇÃO EM CONTEXTO PERIFÉRICO: ALGUMAS TENDÊNCIAS NO INÍCIO DO SÉCULO XXI

*Urbanization, neoliberalism, and digitalization in a peripheral context: some trends in the early 21st century*

*Urbanización, neoliberalismo y digitalización en un contexto periférico: algunas tendencias a principios del siglo XXI*

DOI: 10.48075/igepec.v27i2.31184

Silvana Cristina da Silva

# URBANIZAÇÃO, NEOLIBERALISMO E DIGITALIZAÇÃO EM CONTEXTO PERIFÉRICO: ALGUMAS TENDÊNCIAS NO INÍCIO DO SÉCULO XXI<sup>1</sup>

*Urbanization, neoliberalism, and digitalization in a peripheral context: some trends in the early 21st century*

*Urbanización, neoliberalismo y digitalización en un contexto periférico: algunas tendencias a principios del siglo XXI*

Silvana Cristina da Silva

## Resumo

A urbanização ganha novos elementos nas duas primeiras décadas do século XXI. O processo de digitalização, adensamento da camada técnica digital, embora ocorra de maneira desigual no território brasileiro, é um dos elementos transformadores da dinâmica urbana no período recente. A expansão da ação das plataformas digitais, do e-commerce, das redes sociais digitais, sob a hegemonia da racionalidade neoliberal, trouxe mudanças na economia política da cidade e da urbanização. Nesse sentido, buscamos analisar de maneira crítica as particularidades do fenômeno no contexto da formação socioespacial brasileira. Nesta análise, destacamos a importância do neoliberalismo como racionalidade condutora da formação da subjetividade coletiva, cujos princípios da concorrência generalizada, da meritocracia e do individualismo deixam marcas na paisagem e nas sociabilidades urbanas nas cidades brasileiras que examinamos neste artigo.

**Palavras-chave:** plataformas digitais, cidades, economia urbana, meio técnico-científico-informacional.

## Abstract

Urbanization has assumed new elements in the first two decades of the 21st century. Even though the digitalization process, the intensification of the digital technical layer, is unevenly taking place in Brazilian territory, it is one of the transforming elements of urban dynamics in the recent period. The widening action of digital platforms, e-commerce, and digital social networks, under the hegemony of neoliberal rationality, has brought about changes in the city's political economy and urbanization. Accordingly, we critically analyzed the particularities of the phenomenon in the Brazilian socio-spatial formation context. In this analysis, we underline the relevance of neoliberalism as the guiding rationality in collective subjectivity shaping, whose principles of generalized competition, meritocracy, and individualism leave their trace on the landscape and urban sociability in the Brazilian cities we examined in this article.

**Keywords:** digital platforms, cities, urban economy, techno-scientific-informational environment.

## Resumen

La urbanización ha adquirido nuevos elementos en las dos primeras décadas del siglo XXI. El proceso de digitalización, densificación de la capa técnica digital, si bien ocurre de forma desigual en el territorio brasileño, es uno de los elementos transformadores de la dinámica urbana en el período reciente. La expansión de la acción de las plataformas digitales, el e-commerce, las redes sociales digitales, bajo la hegemonía de la racionalidad neoliberal, ha conllevado cambios en la economía política de la ciudad y la urbanización. Para ello, buscamos hacer un análisis crítico de las particularidades del fenómeno en el contexto de la formación socioespacial brasileña. Subrayamos así la importancia del neoliberalismo como racionalidad impulsora en la formación de la subjetividad colectiva, cuyos principios de competencia generalizada, meritocracia e individualismo dejan su huella en el paisaje y en las sociabilidades urbanas en las ciudades brasileñas que abordamos en este artículo.

---

<sup>1</sup> Este texto compõe a primeira parte das análises e reflexões desenvolvidas no Projeto de pesquisa Rede urbana e expansão das igrejas evangélicas: uma geografia do pentecostalismo no estado do Rio de Janeiro, financiado pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Rio de Janeiro (FAPERJ), edital Auxílio Básico à Pesquisa (APQ1), número do processo E-26/211.407/2021 (Vigência: 2022-2024).

**Palabras clave:** plataformas digitales, ciudades, economía urbana, medio tecnocientífico-informacional.

## INTRODUÇÃO

A urbanização brasileira consolida-se no final do século XX, com um processo de metropolização e um elevado dinamismo com relação ao crescimento demográfico e econômico das *ciudades médias* (SPOSITO, 2010), conforme alguns estudos vêm revelando (FERNANDES RAMOS; DA SILVA MATOS; GARCIA, 2000 e BAENINGER; GUIMARÃES PERES, 2000).

Juntamente com as transformações demográficas, uma racionalidade neoliberal impõe-se como traço fundamental na construção da subjetividade coletiva nas cidades. Estas falam por meio da paisagem, pois revelam como houve um brutal processo de renovação da urbanização, em que as desigualdades e os velhos problemas são reproduzidos, mas agora sob a hegemonia da algoritmização da era digital. O trabalho plataformizado, a modernização das leis trabalhistas, a austeridade com relação às políticas públicas sociais e o empreendedorismo como “alternativa” ao desemprego e à privatização do espaço público — que se dá sob diversas formas — são algumas das tendências da urbanização da formação socioespacial brasileira. Uma urbanização periférica afeita às modernizações tecnológicas, sem, no entanto, resolver problemas básicos, como saneamento, transporte coletivo, habitação digna, acesso à saúde e à educação de forma igualitária e de qualidade — não estamos falando de produção de estudantes de sucesso, e sim de educação emancipatória e cidadã.

As contradições são aprofundadas no período atual. Por isso, buscamos analisar e refletir sobre a urbanização brasileira nas duas primeiras décadas do século XXI, quando há a intensificação da digitalização. Dessa forma, para além do marketing das corporações digitais, colocamos algumas questões fundamentais como guias: qual o sentido da digitalização para os países periféricos? A urbanização é requalificada face às plataformas digitais?

O caminho metodológico percorrido incluiu a seleção e a leitura bibliográfica sobre digitalização, neoliberalismo e economia urbana com destaque para o sistema conceitual desenvolvido por Milton Santos na Geografia — especialmente sobre meio técnico-científico-informacional e os dois circuitos da economia urbana — para interpretar a urbanização nos países periféricos. Além disso, a metodologia abrangeu o levantamento e a análise de dados secundários, principalmente do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), com relação ao trabalho (PNAD Contínua); relatórios do portal Datareportal sobre o uso da internet e redes sociais no Brasil e relatórios da Sociedade Brasileira de Varejo e Consumo sobre a dinâmica das empresas do varejo e da Associação Brasileira de Shopping Centers (ABRASCE) para o exame das metamorfoses do setor de comercial.

Apresentamos as análises e discussões em duas seções: na primeira, “Urbanização, trabalho e economia urbana na era digital” foi dedicada a apresentar as condições históricas de precarização do trabalho e como elas são renovadas pela digitalização no território brasileiro. Na segunda seção, analisamos como as forças da racionalidade neoliberal contribuem para a construção do espaço urbano cada vez mais privatizado e a digitalização é implantada segundo os princípios neoliberais. Por fim, tecemos algumas considerações julgadas relevantes, entre as quais destacamos a primordialidade de a digitalização ser dirigida por uma nova razão, a coletiva, para

que a urbanização brasileira inicie um caminho com vistas a superar as desigualdades extremas.

## URBANIZAÇÃO, TRABALHO E ECONOMIA URBANA NA ERA DIGITAL

Há uma vasta literatura que aborda o processo de urbanização brasileiro sob o prisma da economia e do trabalho. Entre eles, colocamos em evidência os trabalhos de Milton Santos, em especial quando o autor analisa a pobreza urbana e os dois circuitos da economia urbana (SANTOS, 2004, 2013). Como ele, há outras referências importantes, a saber<sup>2</sup>, Vera L. Telles (2010) e Cacciomali (1995, 1999), Ribeiro (2005, 2007) e Antunes (2009, 2018), que tiveram preocupações em analisar como as pessoas sobrevivem nas cidades e as características da urbanização em um país periférico como o Brasil.

A economia de sobrevivência<sup>3</sup> é uma questão relevante para examinarmos a urbanização recente e o processo de digitalização, porque as plataformas digitais, o e-commerce e a radicalização do uso da Internet e de aplicativos como mediação da vida cotidiana têm transformado esse tipo de economia. Um mundo de possibilidades é aberto, e as relações de trabalho são modificadas, inclusive, a ideia de desresponsabilização das empresas com relação aos trabalhadores ganha força.

Segundo dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) Contínua (4º trimestre de 2022, IBGE)<sup>4</sup>, o Brasil tinha cerca 173 milhões de pessoas em idade para o trabalho, sendo aproximadamente 107 milhões na força de trabalho e quase 66 milhões fora dela. Pessoas efetivamente ocupadas eram 99 milhões. Destas, o setor público absorvia 12 milhões; o setor privado, 37 milhões; outros 38 milhões de indivíduos encontravam-se trabalhando na informalidade; e cerca de 12 milhões estavam desocupados (8,9% de desocupação). É preciso ressaltar que uma parte da população ocupada ainda se encontra subutilizada (taxa média de 20%).

Em 2022, o valor médio anual do rendimento real habitual foi estimado em R\$ 2.715, apenas 1% a mais que em 2012. Isso significa um enorme empobrecimento da população. Os dados revelam a imensa falta de proteção social dos trabalhadores advinda da falta de vínculo formal, uma vez que a taxa média de informalidade foi de quase 40% em 2022. Outrossim, grande parte da população ocupada recebe uma renda muito baixa. Algumas atividades, como o trabalho doméstico – desempenhado por quase 6 milhões de pessoas, geralmente executado por mulheres, especialmente mulheres negras – têm renda média reduzida, colocando em evidência as questões de desigualdade de gênero e de condição étnico-racial.

Tais dados traduzem-se no que temos observado na economia política do território e, principalmente, na economia urbana das cidades: a existência de um

---

<sup>2</sup> Advertimos que não buscamos fazer aqui um levantamento exaustivo sobre o tema, tampouco, uma hierarquização entre autores citados e não citados. Trata-se apenas de uma seleção de trabalhos que elucidam o debate, sem com isso esgotá-lo.

<sup>3</sup> Não utilizamos as categorias formal e informal, por considerá-las insuficientes para dar conta da realidade dos países periféricos, uma vez que, do ponto de vista do espaço, a economia das grandes empresas está integrada às pequenas atividades econômicas (comércio, serviços ou mesmo de fabricação). Uma parte significativa das grandes empresas é informal sob alguns aspectos (ver SILVA, 2012). Dessa forma, fizemos referência às categorias formal e informal, porque elas contêm maior capacidade comunicativa e se tornaram hegemônicas na literatura, além de serem usadas para a produção de estatísticas. É importante esclarecer que estamos nos referindo à economia de sobrevivência, que pode estar formalizada ou não.

<sup>4</sup> Dados disponíveis em: <https://painel.ibge.gov.br/pnadc/>, acesso em 23/03/2023.

enorme contingente de cidadãos sem trabalho, ou com trabalho hiperprecarizado e mesmo quando empregado formalmente, tem renda insuficiente para suprir as necessidades básicas do trabalhador ou da trabalhadora e de suas famílias.

Nos últimos vinte anos, o processo de urbanização no Brasil tem se consolidado, ainda que tenhamos algumas distinções e particularidades regionais. Um traço comum nas cidades brasileiras é a geração de renda por meio de atividades urbanas. Trata-se da economia do circuito inferior, a arte da “viração”, é a economia de sobrevivência, do mercado socialmente necessário (SANTOS, 2004; Ribeiro, 2009).

A industrialização é um fenômeno amplo, mas as indústrias instalaram-se em algumas cidades apenas, especialmente no Sudeste e Sul, logo, uma expressiva parte da população não se abrigou no setor industrial. Em outras palavras, a economia dos serviços e comércio sempre foi grande geradora de trabalho para a população no território brasileiro, seja ela formalizada ou não. Estes traços da urbanização brasileira são relevantes para analisarmos o recente processo de digitalização.

### **A Digitalização da Economia e das Atividades Cotidianas**

Adicionalmente, sublinhamos que houve alterações da industrialização no mundo, e parte do que estamos chamando hoje de serviços é justamente a realização de etapas do processo de produção da indústria. Por isso, Vetz (2017) não debate a desindustrialização, e sim em hiperindustrialização ao considerar essa economia dos serviços como parte do setor industrial. Isto é, tais atividades foram externalizadas, como a logística, a concepção, a publicidade e a própria execução da atividade de fabricação, muitas vezes deslocada para China, Bangladesh, Índia, entre outros países. Não é por acaso que houve uma imensa pressão para a aprovação da lei sobre a terceirização de atividades-fim no Brasil permitindo a contratação de prestadores de serviço de maneira irrestrita, ou seja, para qualquer atividade, inclusive a atividade-fim<sup>5</sup>.

Tais transformações nos circuitos espaciais de produção não seriam possíveis sem as modernizações normativas e sem a ampliação da capacidade de coleta, armazenamento, distribuição e consumo de informações em grande escala. Possibilidade ofertada pelo processo de digitalização. Assim, temos historicamente uma urbanização que sempre teve nos serviços e no comércio a principal fonte de renda da população e que, mais recentemente, tem sido afetada pela nova onda de modernizações do território brasileiro, a digitalização.

Antes de avançarmos, façamos uma breve definição de digitalização sob a perspectiva geográfica. Estamos falando em uma radicalização do meio técnico-científico-informacional (SANTOS, 2002), ou seja, o meio geográfico é uma composição entre sistemas naturais e artificiais historicizados formando períodos. O meio e o período atualmente, conforme Santos (2002), tem a informação como variável-chave. Ela é o motor do funcionamento do atual meio geográfico. Nos últimos vinte anos, a informação tornou-se substrato fundamental do funcionamento do mundo e da sociedade, cada vez mais urbana<sup>6</sup>. Por conseguinte, denominamos

---

<sup>5</sup> Lei n.º 13.429, de 31 de março de 2017. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/ato2015-2018/2017/lei/l13429.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2015-2018/2017/lei/l13429.htm), acesso em 08/05/2023.

<sup>6</sup> Fazemos referência à hipótese de Lefebvre sobre a sociedade urbana.

esse período como técnico-científico-hiperinformativo (SILVA, 2022), para dar ainda mais relevo à informação e requalificar o papel desta no período recente.

Embora os celulares e a Internet sejam invenções da segunda metade do século XX, sua popularização e seu uso corrente são mais recentes. Nas duas primeiras décadas do século XXI, houve a massificação do uso de smartphones (SADIN, 2018) e de computadores com acesso à Internet.

Além da difusão dos macrossistemas técnicos no território brasileiro, como sistemas de energia, rodovias e toda sorte de materialidades técnicas, a digitalização gerou um novo conjunto de técnicas ligado à criação de uma camada numérica de mediação das relações cotidianas. O uso de algoritmos para a tomada de decisão torna a *humanidade aumentada*, ou seja, com um alto desempenho na tomada de decisões por meio de cálculos matemáticos com base em informações fornecidas aos algoritmos, que superam a própria capacidade humana de realização de operações, armazenamento, processamento e tomada de decisão (SADIN, 2018). Desta maneira, a digitalização é o aumento da densidade dessa camada numérica, que medeia as relações de produção e de reprodução da força de trabalho.

Qual é a relação desse fenômeno com a urbanização brasileira — e a dos países periféricos de maneira geral? A camada digital é permeada por poderes que desejam se apresentar como opacos (ISRAEL, 2020). As plataformas digitais, grandes corporações da informação, apresentam-se como solução para o futuro das cidades, do trabalho, para a segurança pública, para a mobilidade urbana, para a crise ambiental, ou seja, apresentam soluções para quase tudo. Todavia, como já assinalava Jacques Ellul (1968), “a técnica nada mais é do que *meio* e conjunto de meios” (p. 18). O fenômeno técnico, explica Ellul, busca uma dupla intervenção: na consciência e na razão — refletir conscientemente sobre as operações —, *best one way*, melhor maneira de se realizar uma ação em todos os domínios. Neste sentido, a digitalização é uma revolução ao possibilitar o domínio das operações humanas, reduzindo o acaso ou as operações emotivas — a não ser que sejam programadas para isso —; trata-se da garantia da eficiência. No caso de uma sociedade capitalista, a eficiência refere-se aos resultados em ampliar a *mais valia*.

As plataformas digitais são dependentes das infraestruturas preexistentes e as renovam. Tozi (2022) afirma que elas são plataformas territoriais, por serem “altamente dependentes do espaço historicamente construído” (p. 68). O espaço urbano é revelador dessa dependência, pois, no caso das plataformas como a Uber e a 99, por um lado, a disponibilidade de motoristas concentra-se em área de maior densidade de comércio e serviços, por outro, há uma escassez de motoristas atendendo às periferias urbanas.

Mesmo a escolha das cidades para atuação dessas plataformas considera elementos da rede urbana, por isso as metrópoles e as cidades intermediárias têm destaque, conforme argumenta Tozi (2022). As plataformas digitais não teriam êxito sem a geografia das redes de transporte e telecomunicações implantada no território brasileiro. A expansão da rede de telefonia móvel, como rede de antenas e sistemas de distribuição de sinal (BERTOLLO, 2019), é parte da digitalização e acompanha a dinâmica da rede urbana. Logo, a digitalização define-se pela densificação da tecnosfera.

As plataformas digitais são indústrias da informação, cujo principal objetivo é o lucro por meio da venda dessas informações. Quatro estratégias são basilares para isto: 1. a coleta de informações refinada de cada indivíduo, mas em larga escala na

população; 2. a necessidade de motivar a população para o consumo; 3. a eliminação do trabalho humano, pois ele é considerado um fator “irracional” e caro ao sistema produtivo; e 4. o convencimento da sociedade de que a digitalização e a inovação são soluções dos nossos problemas, por isso a *psicoesfera* é parte do fenômeno. Essas estratégias têm laços comunicantes com a racionalidade neoliberal.

Em janeiro de 2023, o Brasil possuía 181 milhões de usuários de Internet, cobrindo 84,3% da população. Cerca de 152 milhões usam mídias sociais (70,6%)<sup>7</sup>, e são 221 milhões de celulares ativos em uma população estimada de 2016 milhões. O Quadro 1 mostra as principais mídias sociais usadas no Brasil e sua presença no mundo<sup>8</sup>, evidenciando o poder exercido por essas plataformas na formação da opinião pública, na influência de valores sociais e nas dinâmicas do modo de vida, especialmente com relação ao consumo, uma vez que a era do digital é a era do engajamento ao consumo.

Quadro 1 – Usuários das principais mídias sociais no Brasil – jan/2023

	Nome da mídia	Usuários no mundo	Usuários no Brasil (total)	% da população	% de mulheres	% de homens
1	WhatsApp	2 bilhões	147 milhões	66,8	–	–
2	YouTube	2,5 bilhões	141 milhões	65,8	51,9	48,1
3	Instagram	2 bilhões	113,5 milhões	52,6	57,9	42,2
4	Facebook	2,9 bilhões	109,1 milhões	50,3	54,3	45,7
5	TikTok	1,0 bilhão	82,2 milhões	50,4	60,0	40,0
6	Facebook Messenger	931 milhões	62 milhões	34,8	55,9	45,0
7	Twitter	556 milhões	24,3 milhões	11,3	45,6	54,4

Fonte: <https://datareportal.com/reports/digital-2023-brazil>, organização da autora, 2023.

Nesse sentido, a cidade apresenta mudanças com a incorporação de comércios virtuais, as lojas físicas e virtuais. Parafraseando Sadin (2018), podemos afirmar a existência do *consumo expandido* por meio das mídias sociais. As vendas por mídias sociais hoje fazem parte da economia varejista.

A digitalização amplia-se a partir da sua penetração em todos os setores da vida cotidiana, especialmente na sociedade urbana, como no uso de aplicativos para transações bancárias, tele-saúde, contratação de serviços de conserto ou de profissional para limpeza doméstica, para entrega de alimentos, para deslocamentos intraurbanos e interurbanos, de compras de livros a pneus, a aluguel de filmes, músicas, para locação de hospedagens, aluguel de automóveis e casas, contratação de cursos/aulas (línguas, exercícios físicos etc.) e toda sorte de atividades. A lista de comércios e serviços que passaram a ser intermediados pelas plataformas digitais é enorme e não para de crescer. A GAFAM (Google, Apple, Facebook, Amazon e Microsoft), NATU (Netflix, Airbnb, Tesla e Uber) e a BATX (Baidu, Alibaba, Tencent

<sup>7</sup> Adicionamos a ressalva de que usuários de redes de mídias sociais podem não representar indivíduos únicos, conforme nota da fonte dos dados, o portal Datareportal.

<sup>8</sup> Informações disponíveis em: <https://datareportal.com/reports/digital-2023-brazil>, acesso em 28/03/2023.

e Xiaomi) representam a hegemonia de algumas corporações de alta tecnologia no mundo. O poder que emana delas não pode ser minimizado em um momento em que a informação se torna chave para a realização de atividades cotidianas.

Uma das mudanças visíveis nas cidades revela-se pelas modificações em múltiplos setores do varejo. Com o crescimento das vendas pelos canais on-line (comércio eletrônico), o varejo físico tem restringido o tamanho das lojas. Neste contexto, a redução pode significar reserva de áreas para estoques do e-commerce ou retirada na loja física de produtos vendidos on-line. Os pontos de venda também passam a ser *hubs* logísticos. Além disso, há um intenso processo de automação, por exemplo, a substituição de trabalhadores por sistemas de autoatendimento, como no caso de caixas em supermercados e a conversão das lojas físicas do varejo de alguns setores em showroom. Das 300 maiores varejistas presentes no Brasil, 225 possuem comércio eletrônico ativo<sup>9</sup>. É importante destacar o avanço das plataformas digitais de intermediação entre vendedores e consumidores, os chamados *marketplaces* (Quadro 2), como a Amazon, Magalu, Mercado Livre e Americanas.

Quadro 2 – Principais plataformas digitais de varejo (*marketplaces*) – 2021

	Empresa	Segmento	Valores das movimentações <sup>10</sup>
1	Mercado Livre	Diversos	68 bilhões
2	Americanas	Loja de departamento, artigos do lar e mercadorias em geral	42 bilhões
3	Magazine Luiza	Loja de departamento, artigos do lar e mercadorias em geral	39,5 bilhões
4	Via	Eletrodomésticos	26 bilhões
5	GFG LatAm – Dafiti	Moda, calçados e artigos esportivos	4,3 bilhões
6	Amazon	Diversos	3,8 bilhões
7	Grupo Carrefour Brasil	Super, hiper, atacarejo e conveniência	3,2 bilhões
8	Raia Drogasil	Drogaria e perfumaria	2,1 bilhões
9	Grupo Boticário	Drogaria e perfumaria	1,7 bilhão
10	GPA Alimentar	Super, hiper, atacarejo e conveniência	1,6 bilhão

Fonte: Adaptado do “Ranking 300 maiores empresas do varejo brasileiro” produzido pela Sociedade Brasileira de Varejo e Consumo, 2022; organizado pela autora, 2023.

Quais os desdobramentos da ação dessas corporações digitais para o espaço urbano nos países periféricos?

A digitalização das atividades econômicas e cotidianas, uma nova onda de modernização, revela a culminância do meio técnico-científico-informacional, desenvolvendo-se nos países periféricos em uma urbanização desigual e onde predomina o trabalho precarizado e de baixa renda. Características da urbanização que não são novidades, como já destacamos. Entretanto, agora estamos diante de um aprofundamento do processo, no qual as corporações da informação medeiam quase

<sup>9</sup> Informações extraídas do “Ranking 300 maiores empresas do varejo brasileiro” produzido pela Sociedade Brasileira de Varejo e Consumo, disponível em: <https://sbvc.com.br/ranking-300-maiores-empresas-do-varejo-brasileiro-2022-sbvc/>, acesso em 12/04/2023.

<sup>10</sup> Soma das vendas diretas e das vendas realizadas pelos vendedores que usam as plataformas.

todas as nossas relações. São grandes monopólios globais, que conseguem exercer sobre as massas de trabalhadores um poder sem precedentes na história.

Isso não seria possível sem a constituição do atual meio geográfico, uma tecnoesfera criadora das condições materiais para o exercício do poder. Dessa forma, desconstrói-se a ideia de que são plataformas digitais e os algoritmos são desmaterializados e neutros. Na verdade, eles dependem de redes de transporte, energia e fixos para a sustentação de suas operações.

A servidão compulsória dos trabalhadores às plataformas digitais (ANTUNES, 2018) criou uma camada de extração de renda dos trabalhadores do pequeno comércio. Até então, a revolução informacional tinha modificado, em grandes proporções, a circulação de mercadorias e pessoas em longas distâncias e as interações na rede urbana em face do poder da logística. Agora, o espaço urbano vem renovando suas materialidades e dinâmicas em um sistema híbrido entre a copresença, essência da cidade, e a esfera digital. Nesse sentido, lojas físicas têm sua extensão no mundo virtual, seja por meio do comércio realizado através das redes de mídias sociais da Internet, por plataformas de comércio (e-commerce) ou outras formas de aceleração do consumo em meio virtuais. O restaurante que entrega via plataforma, pode não existir, pode ser apenas uma cozinha (*Dark kitchens* ou *ghost kitchens*) voltada para a distribuição (TOZI, 2022).

Uma rede de trabalhos precários é instituída sob uma aura das benesses da modernização promovida pelo sistema violento de publicidade veiculado em mídias hegemônicas tradicionais e nas próprias mídias criadas na era digital. A plataforma iFood, por exemplo, está presente em 5.512 cidades no Brasil (2022); antes da pandemia da covid-19, eram 1.620 cidades onde a empresa atuava (SOUZA, 2022). Isso foi possível em razão da grande disponibilidade de força de trabalho, agravada com a pandemia, pela difusão do sistema técnico, cuja rede de telecomunicações foi fundamental, pela massificação do uso de smartphones e uma política agressiva de publicidade das plataformas. Conforme afirma Souza (2022), esta política agressiva atuou para o direcionamento da construção de uma psicoesfera do consumo, do trabalho feito por empreendedores e a forma de a empresa apresentar-se como oportuna nos períodos de *lockdown*, do “fique em casa”.

O depoimento é do entregador Paulo Lima, conhecido como Galo: “A alimentação é a coisa que mais dói; ter que trabalhar com fome carregando comida nas costas” (2020)<sup>11</sup> mostra a crueldade de entregar alimentos e estar com fome (realidade de parte desses trabalhadores(as)). Esta fala reflete um coletivo de trabalhadores(as) que sofrem pela hiperexploração do trabalho, aprofundado na era das plataformas. Entretanto, é preciso examinar o sistema de valores criados e validados socialmente, para haver o consentimento de tamanha perversidade.

Nos parece apropriado iluminarmos o modo de gestão subjetiva que faz parte do meio técnico-científico-hiperinformacional. Nesse sentido, há uma indissociabilidade entre o avanço da digitalização e o sistema de pensamento, sentidos e sentimentos adotados socialmente. O empreendedorismo, a meritocracia, a liberdade individual, a competição generalizada são algumas das manifestações do modelo de subjetividade do atual período. Trata-se da racionalidade neoliberal, que sedimenta os valores sociais na era da digitalização.

---

<sup>11</sup> Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=SlBfCSTIOIo>, acesso em 08/05/2023.

## A RACIONALIDADE NEOLIBERAL E A URBANIZAÇÃO BRASILEIRA

O neoliberalismo apresenta-se como uma negação da intervenção do Estado na economia e repousa nas liberdades e capacidades individuais levadas às últimas consequências (HARVEY, 2008). Nesta perspectiva, cabe ao Estado a regulação (pró-mercado!) e o exercício da força para o mercado atuar livremente e sem incômodos.

O recurso à força e à violência para a implantação e manutenção do neoliberalismo não foi o único dispositivo usado pelas elites e corporações, pois foi preciso considerar as bases materiais da construção do consentimento. O projeto era gerar uma *cultura populista neoliberal fundada no mercado, que promovesse o consumismo diferenciado e o libertarianismo individual* (HARVEY, 2008, p. 52). Em outras palavras, o neoliberalismo tornou-se “senso comum”, uma ordem social instituída, natural, a partir de um projeto de reconquistas do seu espaço pelas elites de classes e pelas corporações.

Logo, a difusão do neoliberalismo inclui uma base material e uma imaterial. Para compreensão do espaço geográfico e suas análises, Santos (2008) explica que o espaço geográfico é composto por uma tecnosfera, uma materialidade, e por um sistema de ações, este alimentado pela psicoesfera. Isto é, a tecnosfera compõe-se de um sistema de objetos, e a psicoesfera faz referência ao sistema de crenças, desejos, esperanças e hábitos, inspiradores de comportamentos filosóficos e práticos. Ambos são indissociáveis, a separação se faz para fins analíticos. Assim, qualquer formação socioespacial necessita considerar esse par dialético para a compreensão da sua historicidade. A urbanização reflete esse movimento de intensificação da divisão territorial do trabalho, formação de uma rede urbana, e da constituição de espaços urbanos coerentes com as ordens do período. Contudo, isso não seria possível sem a conquista das mentes.

A psicoesfera muitas vezes antecede a tecnosfera (RIBEIRO e PIQUET, 2013), embora esta última imponha comportamentos sociais. A cidade possui uma forma e uma mentalidade, as mudanças drásticas enfrentam a inércia-dinâmica da forma e, ao mesmo tempo, encontram um sistema de crenças, afetividades e hábitos que podem resistir às renovações ou aceitá-las mais facilmente, a depender dos lugares. Com base na racionalidade neoliberal, a urbanização necessitou de um processo de convencimento difundido e perseverado por atores da agenda neoliberal.

O atual estágio da globalização — estágio do modo de produção capitalista com novas formas de operar, que renovam as contradições do capitalismo — tem como uma de suas bases ideológicas e normativas o neoliberalismo, ou seja, uma racionalidade que tem como um dos princípios fundamentais a concorrência, uma concorrência que chega no nível dos indivíduos (DARDOT e LAVAL, 2016), não se restringindo à esfera econômica, mas difundindo-se para a vida cotidiana. Ele é encarnado pelas distintas classes sociais, incluindo a dos mais pobres. Como lócus da vida social contemporânea, as cidades expõem uma tecnosfera afinada com a psicoesfera neoliberal e suas contradições, uma vez que a psicoesfera é definida pelo sistema de crenças, desejos, esperanças e hábitos que inspiram comportamentos filosóficos e práticos, relações sociais interpessoais e a comunicação universal e a tecnosfera é o espaço artificializado, os sistemas de objetos, conforme aponta Santos (2008).

O neoliberalismo torna-se uma forma dominante de globalização capitalista, do ponto de vista político e ideológico (THEODORE, PECK e BRENNER, 2009).

Todavia, ganha características dos lugares e, conforme analisaram os autores, a neoliberalização apresenta-se também pelo urbanismo neoliberal. Por isso, analisamos a urbanização brasileira — ocorrida sobre bases escravocratas e de concentração fundiária — a partir da influência da neoliberalização, já que esta imprimiu novos elementos capazes de definir o modo como passamos a viver e atuar nas cidades. Trata-se de remodelação no ambiente construído e das formas urbanas materializadas na paisagem. Estamos reafirmando o urbanismo neoliberal (THEODORE, PECK e BRENNER, 2009).

Nesse sentido, o espaço urbano das cidades é revelador; algumas formas espaciais de habitar, de comercializar, de consumir e de deslocamento nas cidades tornam-se cada vez mais privatizadas e pautadas no individualismo. Observa-se a privatização se ampliar e o sentido de espaço público encolher. Assim, elencamos algumas manifestações geográficas da neoliberalização das cidades, que demonstram a consolidação da urbanização brasileira em período recente.

## **A NEOLIBERALIZAÇÃO DO ESPAÇO URBANO NAS CIDADES BRASILEIRAS**

Manifestações geográficas da neoliberalização nos modos de habitar: os condomínios fechados, sejam eles horizontais ou verticais, foram uma forma de habitar alastrada pelo discurso da violência criminal, tornando-se uma maneira de morar desejada pela população em geral. Se, em um primeiro momento, são as elites e classes médias que passam a viver em condomínios, podemos destacar que o desejo das classes populares por essa forma de habitar também está presente. Mesmo que a renda não alcance a concretização dessa vontade, o consentimento desse estilo de moradia é validado como um valor social legítimo e inquestionável. No entanto, como já assinala Rodrigues (2013), os condomínios fechados e os loteamentos murados compõem o processo de segregação urbana, redução do espaço público, sob a égide da cidade orientada pelo medo. Esta cidade caminha para uma fragmentação socioespacial (SPOSITO, 2013), principalmente, porque se relaciona com a distinção social e a geração de uma convivência entre “os seus” em oposição aos “outros”. Processo ampliado por uma setorização dos lugares de consumo e de moradia, normalmente com viés de estrato social, condição étnico-racial e marcado pelo patriarcado.

A “condomínialização” do espaço urbano é a manifestação da negação do espaço da rua, da diversidade e da convivência, traços essenciais da urbanidade e da cidadania. O projeto de cidade fragmenta-se, e as decisões são colonizadas pelas classes sociais superiores, que buscam o controle e a vigilância de seus espaços daqueles que não condizem com os traços de seus pares. Dessa forma, a política pública de segurança é apropriada aos interesses dessas camadas sociais, sendo os mais pobres, pretos, mulheres e os grupos LGBTQIA+ os vigiados e controlados da cidade. Neste caso, a digitalização está totalmente vinculada ao controle do espaço, para impedir o acesso aos “indesejados” pelas classes superiores.

Manifestações geográficas da neoliberalização na maneira de nos deslocarmos na cidade (mobilidade urbana): a urbanização brasileira é marcada por processos históricos de negligência do transporte público coletivo. A substituição dos bondes pelo transporte por ônibus é o momento de decisão pelo rodoviarismo urbano

(MARICATO, 2008, PIRES, 2012, RIBEIRO, 2022). No entanto, o transporte público de massa — baseado no transporte rodoviário — nas cidades sempre foi precário. A urbanização intensa não foi acompanhada de um sistema de transporte público que sustentasse o deslocamento dos trabalhadores(as), cada vez mais periféricos. O movimento complementar foi a hipervalorização do transporte individual em comum acordo com as montadoras que passaram a investir no Brasil, responsáveis pela construção de uma psicosfera de valorização do automóvel, por consequência, do transporte individual.

Nos anos de 1970, as bases para a cidade do automóvel e do transporte individual estão colocadas. Quando chegamos nos anos de 1990, com a renovação das regulações institucionais sob direção dos princípios neoliberais — mercantilização e comoditização (THEODORE, PECK e BRENNER, 2009) —, o transporte urbano coletivo, que não tinha se consolidado nem em termos de abrangência nem de qualidade, já tinha como solução o uso do automóvel. Isso ocorreu em razão de grande parte das periferias não ter cobertura pelo transporte público coletivo e pela construção do status social vinculado à posse do automóvel na cultura urbana, cuja publicidade da indústria automobilística foi fundamental.

O fenômeno da uberização da mobilidade urbana não deixa de ser uma tradução da neoliberalização do transporte urbano coletivo, uma vez que, em razão de um processo de desregulamentação das legislações nacionais e municipais e substituição por novas regulações, foi possível permitir a entrada das corporações globais como a Uber (SLEE, 2018) como mediadoras entre os passageiros e os transportadores, colocando em crise o sistema de táxis e renovando o rodoviarismo urbano, baseado no transporte individual nas metrópoles e cidades intermediárias.

Manifestações geográficas da neoliberalização nas formas de comércio: o comércio de rua, as feiras, os mercados municipais e o abastecimento alimentar passam por enormes alterações. A difusão da forma de comércio no modelo de shopping centers, que inicia nos anos de 1970, nas primeiras décadas de século XXI, representa um processo de modernização das formas de comercializar e imprime também princípios de privatização do espaço. Hoje são cerca de 628 shoppings no Brasil, com expectativas de crescimento (ABRASCE, 2023<sup>12</sup>). Como mostra Silva (2023), o shopping center é um empreendimento privado de frequência de consumidores de comércio e serviços, ou seja, são espaços controlados e vigiados, e não espaços abertos a todos os cidadãos(as). Segundo Silva (2023), mais recentemente, os serviços públicos têm se instalado em shoppings, o que traz novas evidências da dimensão do processo de neoliberalização, aprofundando o processo de privatização do espaço urbano nas últimas décadas.

Os shopping centers vêm raptando a função pública dos espaços públicos, “[...] embora sejam propriedade privada, [os shopping centers] foram incorporados no cotidiano das cidades médias e também das metrópoles, como lugar de encontros, de ver e ser visto, um momento de se colocar ao livre julgo social de segmentos particulares de identificação (jovens, idosos, família etc.)” (*idem*, 2023, p. 181). Todavia, Silva (2023) destaca que o shopping center tem um significativo sistema de controle dos corpos e dos comportamentos, o que o coloca como um espaço de acesso seletivo e constrange algumas classes e grupos sociais.

---

<sup>12</sup> Dados da Associação Brasileira de Shopping Centers (Abrasce), disponíveis em: <https://abrasce.com.br/numeros/setor/>, acesso em 01/05/2023.

No que diz respeito ao abastecimento alimentar, houve transformações significativas também, os atacadistas e varejistas do setor de supermercados vêm remodelando a economia de abastecimentos com a coexistência de redes regionais e a expansão de redes nacionais e globais nas cidades de porte médio, como as lojas Carrefour (também proprietária da rede Atacadão), Pão de Açúcar e Assaí (ambas controladas pelo Grupo Cassino, com capital aberto na Bolsa de valores). A expansão delas afeta as feiras e os pequenos comércios de supermercados, uma vez que o sistema de concorrência implica uma disputa desleal em favor das grandes redes. Entretanto, é relevante destacar que as regionais ainda persistem e muitas vezes se impõem sobre as grandes redes globais, como no caso da rede de Supermercados SuperBom, em Campos dos Goytacazes (Norte do estado do Rio de Janeiro); no entanto, tal fato não significa menores preços, devido a também monopolizarem o espaço urbano na cidade.

O setor de farmácias e comércio passou por uma verdadeira mutação em período recente, em especial, durante e após a pandemia. A multiplicação de pontos de venda de farmácias em todo o País, em especial de redes como a Droga Raia, Drogasil, Drogaria Pacheco, Drogaria São Paulo, entre outras, mostra como os comércios de bairro (comércio de proximidade), de farmácias autônomas vêm sendo reduzidos no País, e o espaço urbano sendo colonizado pelas grandes redes, em especial em áreas estratégicas das cidades (fluxos e visibilidade, alta valorização imobiliária). Tal comércio destaca-se também no processo de digitalização. A Drogasil, por exemplo, sobressai-se no comércio digital (Quadro 2).

Essas são algumas das manifestações geográficas materializadas na geografia urbana das cidades brasileiras em período recente. Todavia, elas compõem uma tendência que vai para além da paisagem. A inscrição material no espaço urbano revela um sistema de pensamento, de sentir e viver nas cidades. Trata-se de arcabouços imateriais e materiais vivos impondo-se e transformando as cidades e a urbanização. A neoliberalização é renovada com o processo de digitalização.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Tivemos como objetivo neste artigo analisar as implicações do processo de digitalização na urbanização brasileira, especialmente com relação às dinâmicas da economia urbana e do trabalho. Metodologicamente, o estudo baseou-se na literatura sobre o tema (sem esgotá-la evidentemente), em que destacamos o sistema conceitual miltoniano (meio técnico-científico-informacional, tecnoesfera, psicoesfera e a teoria dos dois circuitos da economia urbana), na coleta e análise de dados secundários do IBGE, da Sociedade Brasileira de Varejo e Consumo, da Associação Brasileira de Shopping Centers, além dos relatórios do portal Datareportal, que nos permitiu realizar alguns apontamentos descritos a seguir.

A urbanização ganha novos contornos, e podemos afirmar que a digitalização em países periféricos, como o Brasil, traz novos desafios às cidades, sobretudo com relação à precarização do trabalho, interações socioespaciais e segregações.

A racionalidade econômica, a herança colonial e escravocrata — racismo e negação da diversidade associada ao planejamento urbano dominado pelas elites —, resultou em cidades pouco cidadãs, ainda que tenhamos formação de espaços afeitos à coletividade. No entanto, a razão neoliberal tem papel relevante no processo de

urbanização recente materializado em cidades em que há escassez de serviços públicos, carência de áreas de lazer e onde cada vez mais se privatiza o espaço. Isso tem significado na ordem social vigente, pois a convivialidade é reduzida aos condomínios fechados, aos shoppings — cada vez mais especializados em classes sociais e adaptados aos bairros onde se instalam —, associada a uma economia urbana, que não gera emprego e, quando gera, são precários e com renda insuficiente. Uma grande massa da população está inserida em uma economia de sobrevivência.

Nesse sentido, a digitalização é um fenômeno que se impõe e, no caso da urbanização brasileira, renova o processo de precarização do trabalho e extração e renda das cidades, especialmente dos mais pobres. Ou seja, a economia do circuito inferior passa a ser cada vez mais “vampirizada” pelas grandes corporações globais, com isso, aprofundam-se as desigualdades socioterritoriais.

Tal processo ganha escala com a expansão da digitalização em quase todas as nossas atividades cotidianas. Em face disso, as cidades revelam algumas mudanças por meio do espaço urbano, como aprofundamento do desemprego tecnológico, reorganização do comércio e dos serviços, com a conversão de pontos de vendas em *hubs* logísticos, lojas físicas em showroom e uma integração entre comércio e serviços digitais e as ações realizadas presencialmente. As análises apontam para a necessidade de recondução da digitalização à construção de uma sociabilidade coletiva, ou seja, dirigida por outras intencionalidades, e não pela razão neoliberal.

## REFERÊNCIAS

- ANTUNES, R. *Os sentidos do trabalho*. Ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho. São Paulo, Boitempo, 2009. 288p.
- ANTUNES, R. *O privilégio da servidão o novo proletariado de serviços na era digital*. 1. Ed. São Paulo: Boitempo, 2018. 474p
- BAENINGER, R. A.; GUIMARÃES PERES, R. Metrôpoles Brasileiras No Século 21: Evidências Do Censo Demográfico De 2010. *Informe Gepec*, v. 15, n. 3, p. 634–648, 2000.
- BERTOLLO, M. *A capilarização das redes de informação no território brasileiro pelo smartphone*. 2019. Tese (Doutorado em Geografia Humana) Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas-USP, São Paulo, 2019.
- CACCIAMALI, M. C. A crescente desigualdade de renda no Brasil. In: WILLUMSEN, M. J.; FONSECA, E. G. da. (Org.). *A economia brasileira: estrutura e desempenho*. 1a. ed. Miami: North South Center University of Miami, 1995, p. 225-247.
- CACCIAMALI, M. C. Transformações no mercado de trabalho e na política pública. In: Mercado de trabalho informal, empregabilidade e cooperativismo: transformações no mundo contemporâneo. São Paulo. *Cadernos de Psicologia Social*, v. 2. p. 60-64, 1999.
- DARDOT, P.; LAVAL, C. *A nova razão do mundo. Ensaio sobre a sociedade neoliberal*. São Paulo: Boitempo, 2016. 402p.

ELLUL, J. *A técnica e o desafio do século*. 1ª ed. Paris, Armand Colin, 1954. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1968. 446p.

FERNANDES RAMOS, E.; DA SILVA MATOS, R. E.; GARCIA, R. A. As Cidades Médias Como Nódulos De Equilíbrio Da Rede De Cidades. *Informe Gepec*, v. 15, n. 3, p. 288–302, 2000.

HARVEY, D. *Neoliberalismo: histórias e implicações*. São Paulo: Edições Loyola, 2008. 256p.

ISRAEL, C. B. Os rastros geodigitais enquanto processo de totalização da espacialidade algorítmica: sobre as verticalidades da Internet e do ciberespaço no período pandêmico. In: ARROYO, M.; ANTAS JR., R. M.; CONTEL, F. B. (Orgs.). *Usos do território e pandemia. Dinâmicas e formas contemporâneas do meio técnico-científico informacional*. Rio de Janeiro: Consequência Editora, 2020. p. 63-94.

LEFEBVRE, H. *Revolução urbana*. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 1999. 178p.

MARICATO, E. A Cidade e o Automóvel. *Ciência & Ambiente*, v.37, p.5-12, 2008.

PIRES, H. F. Imagens E História Na Internet: Os Bondes, Patrimônio Brasileiro. In: *Simposio Internacional. Globalización, innovación y construcción de redes técnicas urbanas en América y Europa, 1890-1930*. Brazilian Traction, Barcelona Traction y otros conglomerados financieros y técnicos Universidad de Barcelona, Aula Magna de la Facultad de Geografía e Historia, 2012. Disponível em: [http://www.ub.edu/geocrit/Simposio/cHPires\\_imagens.pdf](http://www.ub.edu/geocrit/Simposio/cHPires_imagens.pdf). Acesso em 21/12/2021 às 18h15min.

RIBEIRO, A. C. T. Território usado e humanismo concreto: o mercado socialmente necessário. In: *Anais do X Encontro de Geógrafos da América Latina*. São Paulo: USP, 2005. p. 12.458- 12.470.

RIBEIRO, A. C. T. Oriente negado: cultura, mercado e lugar. *Cadernos PPG-AU/FAUFBA*, Vol.3, Edição Especial, 2004, p.97-107.

RIBEIRO, A. C. T. Cartografia da ação social: Região latino-americana e novo desenvolvimento urbano. In: POGGIESE, H. e EGLER, T. T. C. (Org.) *Otro desarrollo urbano: ciudad incluyente, justicia social y gestión democrática*. Buenos Aires, CLACSO, 2009. p. 147-156.

RIBEIRO, A. C. T.; PIQUET, R. P. DA S. Matéria e espírito: o poder (des)organizador dos meios de comunicação. In: *Por uma sociologia do presente. Ação, técnica e espaço*. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2013. p. 263–277.

RIBEIRO, R. H. Cidade do automóvel e mobilidade urbana: um estudo sobre as batidas de trânsito em Campos dos Goytacazes (2009 a 2021). *Dissertação*

(*Mestrado em Geografia*) Programa de Pós-Graduação em Geografia, UFF, Campos dos Goytacazes, 2022.

RODRIGUES, A. M. Loteamentos murados e condomínios fechados: propriedade fundiária urbana e segregação socioespacial. In: VASCONCELOS, P. de A.; CORRÊA, R. L.; PINTAUDI, S. M. *Acidade contemporânea: segregação espacial*. São Paulo: Contexto, 2013. p. 147-168.

SADIN, E. *La humanidad aumentada. La administración digital del mundo*. 1ª ed. Paris, L'Échappée, 2013. Buenos Aires: Caja Negra, 2018. 160p.

SANTOS, M. *O Espaço dividido: os dois circuitos da economia urbana*. 1ª edição Paris, Editor: M.-Th. Génin, 1975. São Paulo, Edusp, 2004. 440p.

SANTOS, M. *Pobreza Urbana*. 1ª edição São Paulo, Hucitec, 1978. São Paulo, Edusp, 2013. 136p.

SANTOS, M. *A Urbanização Desigual. A Especificidade do Fenômeno Urbano em Países Subdesenvolvidos*. 1ª edição Petrópolis, Vozes, 1980. São Paulo, Edusp, 2011. 144p.

SANTOS, M. *Técnica, espaço, tempo: globalização e meio técnico-científico-informacional*. 1ª ed. São Paulo, Hucitec, 1994. São Paulo: Edusp, 2008. 176p.

SANTOS, M. *A Natureza do Espaço: Técnica e Tempo, Razão e Emoção*. 1ª edição São Paulo, Hucitec, 1996. São Paulo, Edusp, 2002. 392p.

SILVA, S. C. da. Circuito superior e inferior: sinônimos para economia formal e informal? *Natal: Grupo Territorium*, 2012 (Coluna Territorium). Disponível em: [http://colunaterritorium.blogspot.com/2012/08/circuito-superior-e-inferior-sinonimos\\_10.html](http://colunaterritorium.blogspot.com/2012/08/circuito-superior-e-inferior-sinonimos_10.html), acesso em 14 de ago. de 2023.

SILVA, S. C. Neoliberalismo e território: a expansão das igrejas evangélicas no Brasil. In: Rodrigues, G. B., Ramos, T., Silva, S. C. *Espaço Urbano, Pobreza e Neoliberalismo*. Rio de Janeiro, ed. Consequência, 2022. p. 44-58.

SILVA, W. R. Shopping centers, centralidade e cidades médias. In: HENRÍQUEZ, C., SILVA, W. R. da, FERNANDES, V. F. y SALAZAR, G. *Urbanización y ciudades medias. Territorios y espacialidades em cuestionamiento*. Santiago: Instituto de Geografía, Facultad de Historia, Geografía, y Ciencia Política-CEDEUS e ReCIME, 2023. p181-193.

SLEE, T. *Uberização: a nova onda do trabalho precarizado*. 1a. ed. Nova Iorque, OR Books, 2016. São Paulo: Ed. Elefante, 2018. 332p.

SOUZA, N. da S. F. *Espaço urbano na era da globalização digital: uma análise da ação do iFood em Campos dos Goytacazes. Dissertação (Mestrado em Geografia)* Programa de Pós-Graduação em Geografia, UFF, Campos dos Goytacazes, 2022.

SPOSITO, M. E. B. Novas redes urbanas: cidades médias e pequenas no processo de globalização. *Geografia*, Rio Claro, v. 35, n. 1, p. 51-62, jan./abr. 2010.

SPOSITO, M. E. B. Segregação socioespacial e centralidade urbana. In: VASCONCELOS, P. de A.; CORRÊA, R. L.; PINTAUDI, S. M. *A cidade contemporânea: segregação espacial*. São Paulo: Contexto, 2013. p. 61-93.

TELLES, V. da S. *A cidade nas fronteiras do legal e ilegal*. Belo Horizonte: Argvmentvm, 2010. 276p.

THEODORE, N.; PECK, J. y BRENNER, N. Urbanismo neoliberal: la ciudad y el imperio de los mercados. *Temas Sociales*, nº 66 marzo, p. 1-12, 2009.

TOZI, F. Da nuvem ao território nacional: uma periodização das empresas de transporte por aplicativo no Brasil. *Geosp Espaço e Tempo (Online)*, v. 24, n. 3, p. 487-507, 2020.

TOZI, F. Plataformas digitais, digitalização do espaço e uso algorítmico do território: novos conteúdos da pobreza urbana em uma era de experiências neoliberais. In: Rodrigues, G. B., Ramos, T., Silva, S. C. *Espaço urbano, Pobreza e Neoliberalismo*. Rio de Janeiro, ed. Consequência, 2022. p. 59-80.

VELTZ, P. *La Société hyper-industrielle*. Le nouveau capitalisme productif. Paris, Le Seuil, La République des Idées, 2017.

## AUTORA

**Silvana Cristina da Silva:** Geógrafa, Professora da Universidade Federal Fluminense, [silvanasilva@id.uff.br](mailto:silvanasilva@id.uff.br).

Recebido em 01/06/2023.

Aceito em 30/7/2023.